

## LINGUAGEM, CONTROLE SOCIAL E IGNORÂNCIA: REFLEXOS DE “1984” NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS CONTEMPORÂNEAS

Ana Paula Costa<sup>1</sup>

Epaminondas de Matos Magalhães<sup>2</sup>

**Resumo:** Na obra de Orwell *1984*, a Novilíngua, linguagem construída e imposta pelo governo é apresentada como uma das formas de restringir o pensamento crítico e manter o domínio sobre os indivíduos. Orwell estabelece uma relação direta entre a linguagem, o pensamento e o poder. Neste trabalho, propõe-se uma análise comparativa do controle linguístico do universo de Orwell em 1984 e suas manifestações no mundo real, em especial, em discursos políticos, práticas midiáticas e comunicações nas redes sociais. Defende-se que, assim como na Novilíngua imaginada por Orwell, a linguagem na atualidade é estrategicamente empregada na formação de percepções e consensos, atuando como uma ferramenta para a construção ou deslegitimação de verdades e exercendo influência sobre a opinião pública. Ao vincular as estratégias de linguagem da obra de Orwell com as táticas atuais de comunicação e influência, o artigo busca desvendar a complexidade e a capacidade da linguagem na configuração de realidades e na manipulação social. Para enriquecer essa discussão, são incorporadas as contribuições de diversos estudiosos, como Lippman (2008), Volóchinov (2018), Thompson (1998) e Chauí (2000) entre outros destacando o papel essencial da linguagem como elemento de poder e de construção da realidade. O estudo enfatiza ainda a relevância contínua do romance de Orwell diante dos desafios contemporâneos relacionados à informação instantânea, à negociação da verdade e à invenção de realidades propondo uma reflexão sobre o poder da linguagem e como ela é capaz de modelar o tecido social.

**Palavras-chave:** controle social; fake news; novilíngua; práticas linguísticas; manipulação.

---

1 Mestra em Ensino (IFMT)). Prof<sup>fa</sup>. EBTT no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). E-mail: [ana.costa@ifmt.edu.br](mailto:ana.costa@ifmt.edu.br)

2 Doutor em Letras (PUC-RS). Docente do Programa de Mestrado em Ensino (PPGen/IFMT/ UNIC). E-mail: [Epaminondas.magalhaes@ifmt.edu.br](mailto:Epaminondas.magalhaes@ifmt.edu.br)

# LANGUAGE, SOCIAL CONTROL, AND IGNORANCE: REFLECTIONS OF “1984” ON CONTEMPORARY DISCOURSIVE PRACTICES

**Abstract:** In Orwell’s work 1984 Newspeak, a language constructed and imposed by the government, is presented as one of the means to limit critical thought and to maintain control over individuals. Orwell establishes a direct relationship between language, thought, and power. This paper proposes a comparative analysis of the linguistic control observed in 1984 and its manifestations in the real world, especially in political discourses, media practices, and communications on social networks. It is argued that, similar to Orwell’s Newspeak, language today is strategically used to shape perceptions and consensus, acting as a tool for the construction or delegitimization of truths and exerting influence over public opinion. By linking the language strategies from Orwell’s novel with current tactics of communication and influence, this article aims to reveal the complexity and capacity of language in shaping realities and manipulating the society. To enrich this discussion, contributions from various authors, such as Lippman (2008), Volóchinov (2018), Thompson (1998) and Chauí (2000) among others, are included, highlighting the essential role of language as an element of power and construction of reality. The study also emphasizes the continual relevance of Orwell’s novel before contemporary challenges related to instantaneous information, the negotiation of truth, and invention of realities, proposing a reflection on the power of language and how it can shape the society.

**Keywords:** social control; fake news; newspeak; linguistic practices; manipulation.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 1984, George Orwell constrói um cenário distópico no qual a Novilíngua, linguagem oficial do estado totalitário de Oceânia, é implementada como instrumento de controle e manipulação. Mais do que simplesmente um conjunto de regras gramaticais e vocabulário, a Novilíngua é concebida para de forma gradual restringir a capacidade de pensamento, suprimindo qualquer possibilidade de autonomia intelectual ou ideia divergente à ordem imposta pelo governo:

Sabia que a Novilíngua é a única língua do mundo cujo vocabulário diminui a cada ano? [...] que todo o objetivo da Novilíngua é estreitar a variação do pensamento? No fim das contas, nós faremos com que o crime pensar seja literalmente impossível, porque não haverá palavras com o que expressar. (Orwell, 2021, p. 46)

Por meio da Novilíngua, o autor ilustra a poderosa ligação que existe entre linguagem, pensamento e controle social, um tema que transcende as fronteiras da ficção e encontra ecos preocupantes em nossa realidade, na qual a manipulação da linguagem se manifesta por meio de mudanças comportamentais, na polarização de opiniões e, em muitos casos, na legitimação de discursos discriminatórios.

Nesse sentido, propomos a análise de algumas declarações públicas de políticos, em especial aqueles vinculados à extrema direita, observando suas características e formas de influência. Serão examinadas as práticas midiáticas que contribuem para a disseminação desses discursos, incluindo a seleção e apresentação de notícias, as

informações que circulam e o papel da desinformação. Além disso, abordaremos a comunicação e a interação nas redes sociais, como Twitter e Facebook, bem como campanhas midiáticas direcionadas, nas quais o uso da linguagem persuasiva e manipulativa tem se tornado comum, impactando diretamente as opiniões e comportamentos dos usuários. Com esse material, que compõe o corpus deste trabalho, buscamos descortinar o contexto em que a linguagem é empregada estrategicamente para influenciar percepções, construir ou deslegitimar verdades e, em última análise, exercer poder.

Assim, procuramos não apenas entender o uso da Novilíngua como ferramenta de dominação no fictício universo de Orwell, mas também revelar as formas com as quais a linguagem é usada para controlar o debate público e reprimir o pensamento crítico na contemporaneidade.

Ao estabelecer um diálogo entre o mundo de 1984 e o presente, buscamos revelar as camadas de influência que a linguagem possui sobre a sociedade, refletindo sobre a relevância persistente da obra orwelliana em tempos de informação instantânea, verdade flexível e realidades inventadas. Analisando as contribuições teóricas de autores como Lippman (2008), Volóchinov (2018), Thompson (1998) e Chauí (2000) entre outros, pretendemos contribuir para o debate sobre a importância que a linguagem exerce enquanto veículo de poder e sua capacidade de delinear a realidade em que vivemos.

## 2 “GUERRA É PAZ.”: O “DUPLIPENSAR” E A MANIPULAÇÃO DA LINGUAGEM NA POLÍTICA ATUAL

Na obra-prima de George Orwell 1984, um dos mecanismos utilizados como forma de controle e dominação é a linguagem. A Novilíngua, linguagem oficial do regime totalitário que compõe o cenário da obra, é cuidadosamente planejada para pouco a pouco limitar a liberdade de pensamento e reforçar as ideologias do Partido<sup>3</sup>. “A palavra PENSAMENTO, por exemplo não existia em Novilíngua. Seu lugar era tomado por PENSAR, que cumpria a função de substantivo e verbo.” (Orwell, 2021, p. 247). Assim, do mesmo modo que um sopro pode tanto ativar chamas como extingui-las, no universo de Orwell, as palavras tanto podem criar como distorcer a realidade, modelando-a conforme os interesses daqueles que detêm o poder:

O propósito da Novilíngua não era apenas fornecer um meio de expressão para a visão de mundo e hábitos mentais adequados aos devotos do Socing, mas de

---

3 “Guerra é paz. Liberdade é escravidão. Ignorância é força.” Esse é o *slogan* do Socing (Socialismo Inglês) ou simplesmente Partido; uma entidade política totalitária que domina o superestado da Oceânia, um dos três estados intercontinentais fictícios de 1984. Exercendo controle absoluto sobre a vida dos cidadãos, o Partido detém o poder sobre a história, a linguagem (por meio da Novilíngua) e até sobre o pensamento individual. Divide-se entre Partido externo (ampla burocracia) e interno (elite governante). No topo deste último está a emblemática figura do Grande Irmão, o qual representa a autoridade máxima, sendo visto quase como uma divindade e alvo de grande adoração.

impossibilitam todas as outras formas de pensamento. Pretendia-se que quando a Novilíngua tivesse sido adotada de uma vez por todas e a Velhíngua fosse esquecida, um pensamento herege – assim sendo, um pensamento divergindo dos princípios do Socing – deveria ser literalmente impensável, ao menos no sentido em que um pensamento dependia de palavras. (Orwell, 2021, p. 245)

À medida que imergimos na leitura da obra, percebemos que a Novilíngua gradativamente reduz e simplifica o vocabulário, aglutinando, condensando e até mesmo excluindo palavras que poderiam se converter em pensamentos subversivos. Um exemplo marcante disso é a palavra “crimepensar” que representa o ato de pensar contra o Partido ou em qualquer outra ideia que esteja em desacordo com os propósitos deste. Pela voz de Winston Smith, protagonista da narrativa, Orwell (2021, p. 27) afirma que “O crimepensar não gera a morte; o crimepensar é a morte.”

Ao relatar os princípios da Novilíngua, o autor (2021, p. 250) explica como a linguagem no universo de 1984 é manipulada de tal maneira que conceitos complexos e críticos como “liberdade e igualdade” – bem como todas as demais palavras que se interligam a estes – sejam simplificados e negativamente rotulados sob a expressão “CRIMEPENSAR”, evidenciando assim a proibição de qualquer tipo de pensamento autônomo. Similarmente, ideias em conexão com “objetividade e racionalismo” são referenciadas pelo termo pejorativo “FÓSSILPENSAR”, indicando que tais modos de pensar são ultrapassados e indesejáveis. Segundo o autor, a precisão linguística devia ser propositalmente evitada, visto que era considerada “perigosa”, dessa maneira, na narrativa:

O que se requeria de um membro do Partido era uma forma de ver o mundo similar àquela de um hebreu antigo que [...] sabia que todas as nações que não a sua adoravam a “falsos deuses”. [...] de uma forma um tanto similar, o membro do Partido sabia o que constituía a conduta correta, e em termos excessivamente vagos e generalizados o que desviava disso. (Orwell, 2021, p. 250)

Em resumo, “crimepensar” no contexto da obra é uma contravenção que se relaciona diretamente ao ato de pensar, revelando o poder da linguagem como forma de controle mental, uma vez que torna certos tipos de pensamento literalmente impossíveis de serem expressados:

A pessoa que crescesse com a Novilíngua não saberia que IGUAL um dia tivera o sentido secundário de “politicamente igual”, ou que LIVRE um dia significara “intelectualmente livre” mais do que, por exemplo, uma pessoa que nunca ouviu falar em xadrez estaria ciente dos sentidos secundários ligados a RAINHA, REI e PEÃO. (Orwell, 2021, p. 254)

Traçando um paralelo com o cenário político da atualidade, é possível observar que, apesar das diferenças contextuais, o controle linguístico prossegue sendo uma estratégia de manipulação da opinião pública e uma forma de consolidação da autoridade. Walter Lippmann (1889-1974), importante comentarista político e teórico da mídia americana, discorre sobre isso em sua obra *Opinião pública* (2008):

Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura. (Lippman, 2008, p. 85)

Em seu livro, o autor argumenta que o que as pessoas conhecem sobre o mundo é filtrado por meio de estereótipos e símbolos que fariam parte do que ele anteriormente se referiu como “pseudo-ambiente”, algo que pode afetar diretamente o modo como as pessoas compreendem e agem na política:

Em todas estas instâncias devemos observar particularmente um fator comum. É a inserção entre os seres humanos e seu ambiente de um pseudo-ambiente. A este pseudo-ambiente é que seu comportamento é uma resposta. Mas porque é um comportamento, as consequências, se eles são fatos, operam não no pseudo-ambiente onde o comportamento é estimulado, mas no ambiente real onde as ações acontecem. (Lippman, 2008, p. 30)

Prosseguindo, o autor afirma (2008, p. 209) que “Quanto menos símbolos de debate público, mais casual será o diz-que-diz político”; o que nos sugere uma maior facilidade de manipulação da opinião pública pelas instituições e lideranças políticas por meio dessa visão estereotipada, minimizando assim a complexidade da realidade e, por extensão, o nível de criticidade por parte dos cidadãos.

Alves e Ferreira (2018) também contribuem para essa discussão. Ao analisar a obra de Orwell, observam que “É no Simbólico que as regras e leis são articuladas e os indivíduos são governados por elas”. Nessa percepção, a linguagem emerge como uma das primeiras normativas que uma pessoa deve adquirir para participar da dinâmica social. Esse processo de aprendizado, segundo as autoras, abrange mais do que gramática e vocabulário; abarca também o caráter ideológico da língua. Dessa maneira, a adoção de um novo idioma – proposta do Socing – leva à absorção de um novo conjunto de ideologias, algo que é bastante comum aos regimes totalitários, finalizam. (Alves e Ferreira, 2018, p. 35).

Fairclough (2001) e Volóchinov (2018) estendem essa discussão ao ressaltar a indissociabilidade que existe entre linguagem e ideologia. Fairclough (2001, p. 121) afirma que nossas escolhas comunicativas carregam ideologias e ao incluir determinados significados podem contribuir para “manter ou reestruturar as relações de poder.” Volóchinov (2018, p. 91), por sua vez, argumenta que “Tudo o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo.”

Tais concepções, aplicadas à análise que aqui fazemos acerca da linguagem, nos levam à compreensão de que as formas de comunicação utilizadas em nosso cotidiano (palavras, imagens, gestos, etc) são carregadas de ideias e conceitos os quais podem constantemente ser disputados e transformados. Ademais, os signos não apenas representam uma parte da realidade, mas também são capazes de filtrá-la e apresentá-la sob diferentes prismas, o que pode tanto mostrar sua fidelidade quanto distorcê-la, alterando desse modo sua percepção. Além disso, quando julgamos algo

como verdadeiro, falso, certo ou errado, estamos aplicando nossas próprias ideias e crenças a esses signos, o que é influenciado por nossa visão de mundo e pela cultura em que vivemos. (Volóchinov, 2018, p. 93).

Nesse sentido, percebemos que o poder dos signos linguísticos vai muito além da mera comunicação de ideias; é também capaz de moldar ativamente nossa compreensão do mundo, bem como nossas interações dentro dele. Em síntese, a comunicação mediada por signos está sujeita a distorções, diferentes interpretações e à influência de pontos de vista particulares.

Como exemplo podemos citar o termo “interrogatório aprimorado”, criado após os ataques de 11 de setembro e que passou a ser utilizado por autoridades supervisionadas pelo Congresso americano, como a Agência Central de Inteligência (CIA). De acordo com uma reportagem do Jornal Folha de São Paulo, um documento divulgado pelo Senado dos EUA em 2014 revelou que esse método de interrogatório “incluía técnicas de tortura como humilhações sexuais, exposição dos detentos a situações extremas de calor ou de frio e confinamento em baús semelhantes a caixões.” (Folha de São Paulo, 2020).

Notadamente, a linguagem empregada para designar os atos acima descritos suaviza o impacto moral que deles advém, diminuindo a resistência pública a práticas que, de outra forma, poderiam ser claramente vistas como violações dos direitos humanos.

Dentro dessa mesma problemática, outro exemplo é o emprego de “danos colaterais” como modo de se referir a civis mortos ou feridos em operações policiais ou guerras, fato observado tanto em nível nacional quanto mundial. Esse eufemismo, invisibiliza pessoas e histórias, reduzindo vítimas a números e estatísticas, desviando, desse modo, a atenção do seu sofrimento e das reais consequências dos conflitos. Segundo Bauman (2012):

As baixas são “colaterais” quando rejeitadas como não importantes o suficiente para justificar os custos de sua prevenção, ou simplesmente “inesperadas”, porque os planejadores não as consideraram dignas de serem incluídas entre os objetos das ações de reconhecimento preparatório. (Bauman, 2012, p. 15)

A perspectiva do autor retrata a frieza com que decisões estratégicas podem ser tomadas, minimizando ou até mesmo ignorando a perda de vidas humanas, tidas como um mero imprevisto, uma variável a mais nos cálculos que buscam eficiência. À luz dessa percepção, compreende-se que ao classificar as vítimas como “danos colaterais”, a sociedade é inconscientemente condicionada a aceitar um nível de desumanização que facilita uma visão mais distanciada da crueldade da violência, fato corriqueiro aos cidadãos de Oceânia:

– Eles ficam mesmo tão barulhentos – ela disse. Estão frustrados porque não conseguiram ir ver o enforcamento, é isso o que é. Estou ocupada demais para levar os dois, e Tom não voltará do trabalho a tempo.

– Por que não podemos ir ver o enforcamento? – rugiu o garoto em sua voz imensa.

– Por que não podemos ir ver o enforcamento? – cantou a garotinha ainda saltitando ao redor. (Orwell, 2021, p. 22)

A frustração expressa pelas crianças diante da impossibilidade de assistir a uma execução revela o nível de insensibilidade com a qual a população no universo orwelliano se habituou. A violência tornou-se algo tão comum que atos extremos como o relatado nessa passagem são considerados parte da vida das pessoas, e em alguns casos, até uma forma de entretenimento. Ninguém questiona a ética ou a moralidade por trás desses atos, nem mesmo as mais novas gerações.

Fora da ficção, esse ponto de vista é igualmente captado pela ilustre escritora Marina Colasanti, que em sua crônica intitulada *Eu sei, mas não devia* (1996) critica de forma veemente a postura conformista da sociedade e o declínio gradual da capacidade de indignar-se diante de situações adversas como a citada, uma tendência alarmante que parece se entranhar no cotidiano das pessoas:

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração. (Colasanti, 1996, p. 9)

Esse cenário reflete uma realidade na qual o controle social é exercido mediante a objetificação do ser humano, algo muito característico na distopia de Orwell e também explicado por Lippman (2008):

Para o público, acostumado à idéia de que a guerra consiste de grandes movimentos estratégicos, ataques nos flancos, bloqueios e dramáticas rendições fizeram gradualmente esquecer aquela imagem em favor da idéia terrível de que, abatendo vidas, a guerra poderia ser vencida. Através de seu controle sobre todas as notícias [...] o Estado Maior modificava a visão dos fatos que comportava esta estratégia. (Lippman, 2008, p. 50)

Podemos observar que tanto na ficção quanto no contexto real, estratégias psicológicas como as que vemos nesses exemplos são comumente utilizadas como meio de normalizar o que, sob uma visão crítica seria considerado inadmissível, incutindo na mente coletiva a aceitação de normas e práticas contrárias à dignidade humana. Em 1984, a persistente manutenção de um estado de guerra é utilizada como meio de perpetuação do poder de uma elite governante, enquanto a população é percebida cada vez mais como uma parte insignificante de uma máquina política maior e cada vez menos como indivíduos. A total falta de uma narrativa histórica confiável e a contínua alteração de alianças levam a população a aceitar a versão do presente estipulada pelo governo, sem questionar o passado ou o futuro. Desse modo, o incessante estado de conflito serve como uma espécie de pano de fundo para a criação de um inimigo comum e permanente, justificando tanto as inúmeras restrições impostas à população quanto o severo controle da informação e da liberdade de expressão:

A partir daquela época, a guerra havia sido literalmente contínua, apesar de, em termos técnicos, não ser a mesma guerra. [...] traçar a história do período



inteiro, dizer quem estava combatendo quem em algum dado momento, teria sido totalmente impossível, já que não havia registro [...] A Oceânia estava em guerra com a Eurásia: portanto a Oceânia sempre estivera em guerra com a Eurásia. O inimigo sempre representava o mal absoluto, e, portanto, qualquer concordância passada ou futura com ele era impossível. (Orwell, 2021, p. 31-32)

O que se depreende a partir dessas leituras é que os autores fazem um alerta sobre a falta de sensibilidade decorrente do uso da linguagem pelo poder. De acordo com a circunstância, as palavras são utilizadas de modo estratégico para modificar a percepção das massas e inibir o senso crítico. Nesse sentido, os termos “danos colaterais” e “interrogatório aprimorado” são modos de encobrir e atenuar a realidade, deslocando o foco daquilo que verdadeiramente representam: sofrimento e morte. Num mundo já assolado por tantos conflitos, a manipulação do discurso pode não apenas distorcer a verdade dos fatos, como também a percepção pública e a responsabilidade ética das ações. Assim, a banalização de tragédias reduzidas a meros termos técnicos ou burocráticos, igualmente reduz o impacto de questões que demandam uma resposta imediata e humanizada. Uma consequência disso é o que Chauí (2000) denomina como “estado de ignorância”, que segundo sua visão:

[...] se mantém em nós enquanto as crenças e opiniões que possuímos para viver e agir no mundo se conservam como eficazes e úteis, de modo que não temos nenhum motivo para duvidar delas, nenhum motivo para desconfiar delas e, conseqüentemente, achamos que sabemos tudo o que há para saber. (Chauí, 2000, p. 111)

O raciocínio que a autora apresenta reflete um estado de inércia intelectual que nos acomete quando as informações que recebemos são aceitas acriticamente. Isso explicaria o porquê de em muitas situações a sociedade se mostrar menos predisposta a questionar o *status quo* e mais propensa a admitir passivamente narrativas que camuflam a realidade sob uma visível camada de neutralidade. Perpetua-se, assim, esse “estado de ignorância” que privilegia aqueles em posição de poder, visto que, ao nos considerarmos suficientemente informados, abandonamos o dever de questionar e, conseqüentemente, de contestar.

Avançando nessa reflexão, a autora revela (p. 114) outro lado desse fenômeno: a descrença nas estruturas democráticas, diante da contínua exposição a discursos políticos que manipulam a verdade e deturpam a realidade. Assim, essa desconfiança faz com que os indivíduos troquem seu direito de opinar “aceitando ‘vender’ seu voto por alguma vantagem imediata e pessoal” o que vai na contramão dos princípios de uma administração pública regida pela democracia. Como exemplos, poderíamos citar as diversas estratégias empregadas em campanhas políticas que prometem solucionar problemas complexos num “passe de mágica”, atraindo eleitores por meio de um discurso que apela para a emoção em detrimento da racionalidade. Ou ainda, na troca de votos por pequenos favores ou recompensa financeira, um indício notório da desvalorização do processo democrático e, em última instância, da própria cidadania.



Essa dinâmica tem uma equivalência na distopia criada por Orwell: o “duplipensar” como é conhecido em Novilíngua. O personagem Winston Smith, cujo trabalho no Miniver<sup>4</sup> é adulterar constantemente os fatos históricos para que estejam sempre em alinhamento aos interesses do Partido, explica seu significado:

Saber e não saber, estar consciente da verdade completa ao mesmo tempo em que se conta mentiras construídas com cuidado, *manter duas opiniões que se cancelavam uma à outra, sabendo que eram contraditórias e acreditando em ambas*; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade enquanto a reivindica, acreditar que a democracia era impossível e que o Partido era o guardião da democracia; *esquecer o que fosse necessário esquecer, então trazer de volta à memória no momento em que fosse necessário*, e então esquecer de novo prontamente; e *acima de tudo, aplicar o mesmo processo ao processo em si*. (Orwell, 2021, p. 32, grifo nosso)

Notadamente, o “duplipensar” é um mecanismo pelo qual a distorção da realidade é continuada incentivando a aceitação de uma versão oficial dos fatos, mesmo quando esta é claramente controversa. Na obra, tal mecanismo é uma poderosa ferramenta de controle social, já que a população, ao se familiarizar à ambiguidade e à constante redefinição de conceitos que deveriam ser claros e precisos, vai perdendo a capacidade de perceber as discrepâncias e injustiças do próprio ambiente em que estão inseridos. Assim, por meio dessa manipulação da linguagem a realidade é modelada ao ponto de transformar a opressão em algo tolerável, enquanto a resistência passa a ser vista como inconcebível ou até mesmo reprovável.

De forma similar, encontramos situações comparáveis à ficção de Orwell no mundo real. Assim como no Estado totalitário de 1984, é observável, com frequência, na fala de alguns políticos, principalmente os de extrema-direita, o uso estratégico da linguagem para reescrever a realidade. Por meio da reinterpretação de eventos passados e da repetição de narrativas convenientes, tais figuras operam para recriar os fatos e a história, conforme seus interesses. Todavia, é importante ressaltar que ao contrário do controle absoluto exercido pelo regime totalitário de 1984, essa prática acontece em uma arena pública que é, por natureza, um espaço democrático de disputa de versões.

Desse modo, o conceito orwelliano de “duplipensar”, como já pontuamos, reflete de forma pertinente o modo como políticos e figuras públicas contradizem declarações passadas ou distorcem fatos. Tal estratégia visa manter a convicção de seus apoiadores, fortalecendo laços ideológicos, mas, ao mesmo tempo, compromete o debate fundamentado em razão e evidências. Assim, é fundamental entender que, apesar da eficácia dessas estratégias, elas não conferem um poder absoluto a essas figuras, uma vez que estão sujeitas a um jogo de disputas discursivas que permeia o espaço público.

---

4 Ministério da Verdade em Velhíngua. No contexto da obra, cada um dos ministérios fazia na realidade o oposto do que seus nomes sugeriam. O Ministério da Verdade ficava responsável por falsificar qualquer informação para que esta se adequasse ao que o Soing determinava.

Um claro exemplo disso pode ser observado na peculiaridade dos discursos proferidos por políticos influentes na atualidade. Um destes, o ex-presidente Jair Bolsonaro, referiu-se à ditadura militar do Brasil – época marcada por extremos abusos, repressão e autoritarismo – como “Revolução Gloriosa”, além de enaltecer a figura do Coronel Brilhante Ustra<sup>5</sup> ao patamar de “herói nacional”. Tais denominações podem ser interpretadas como uma tentativa de reescrever a narrativa histórica desse período atribuindo-lhe um aspecto de nobreza, o que se opõe escancaradamente aos extensos registros e testemunhos das violações cometidas ao longo de mais de 20 anos do regime militar.

Figura 1: manifestante com camiseta “Ustra vive”



Fonte: Diário do Centro do Mundo. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/ustra-vive-paz-diz-camiseta-de-bolsominion-em-manifestacao-pro-bolsonaro-na-paulista/>  
Acesso em: 08/05/2024

Essa mesma figura pública, em diversas outras ocasiões, usufruiu de sua influência política para divulgar e promover informações infundadas ou sem critério científico, como os alegados benefícios de tratamentos médicos não comprovados, como foi o caso da cloroquina durante a pandemia de Covid 19. Adicionalmente, lançou mão de conceitos refutados e sem evidência empírica, mas que serviam ao propósito de mobilizar determinados eleitorados por meio de apelos emotivos e controversos – como as referências a um suposto “kit gay”, a uma inexistente “mamadeira de piroca”, ou ainda a alegação de que o Corona Vírus não passava de uma “gripezinha ou resfriadinho” – empregados em discursos ideológicos.

Do mesmo modo, uma fala de outro político – aliado de Bolsonaro– ficou notória após ter sido captada em uma gravação de vídeo durante uma reunião de ministérios em 2020. Na ocasião, o então ministro Ricardo Salles sugeriu que o

---

5 O Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um oficial do Exército Brasileiro conhecido por ter comandado o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), uma das principais instituições de repressão durante o regime militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985. Durante sua gestão, entre 1970 e 1974, o DOI-CODI foi acusado de perpetrar graves violações de direitos humanos, incluindo torturas, desaparecimentos e mortes de opositores ao regime.

momento era oportuno para se “passar a boiada”, isto é, aproveitar que a atenção da imprensa e da opinião pública estava voltada para a pandemia de Covid-19 para desregulamentar e simplificar normas e leis ambientais. Em um momento em que o Brasil atravessava uma grave crise na saúde e no meio ambiente, tal estratégia revela uma postura cínica e dúbia diante de pautas importantes: em público, a defesa de uma determinada política ou conceito, mas, reservadamente a tomada de ações que discordavam diretamente dos princípios éticos que defendiam. Tal conduta é um claro indício de manipulação da percepção pública constituindo um atentado à democracia e à transparência governamental. Essa ação, assim como as demais anteriormente descritas, remetem ao conceito de “duplipensar”, uma vez que consistem na prática de alterar a verdade para melhor encaixá-la a uma determinada narrativa ou agenda política.

Em resumo, diante do panorama apresentado, compreendemos que a literatura de Orwell serve como um alerta atemporal, motivando os leitores a refletirem sobre os usos da linguagem como uma ferramenta de manipulação e controle. Embora na sociedade real não exista um sistema linguístico elaborado exclusivamente para suprimir o livre pensamento, como é o caso da Novilíngua, esse conceito não fica restrito às páginas do livro e reverbera em nossa realidade de outras formas, como por exemplo à medida que linguagem e poder se dão as mãos.

Nesse sentido, a manipulação proposital da linguagem por políticos e figuras influentes da atualidade atua diretamente na maneira como o público processa informações e se posiciona diante do cenário político. Contudo, ao contrário dos cidadãos de Oceânia, cuja liberdade é severamente cerceada e qualquer tipo de individualidade estritamente proibida, os indivíduos de hoje têm a vantagem de acesso ampliado à informação. Esse acesso pode ser um veículo potencial para se combater e resistir ao controle linguístico, basta que haja consciência crítica e disposição ativa para isso. Assim, reconhecer e compreender a manipulação por meio da linguagem é o primeiro passo para resistir à opressão e promover um pensamento crítico essencial para a liberdade de expressão e a preservação da democracia.

### **3 “O GRANDE IRMÃO ESTÁ DE OLHO EM VOCÊ.”: A MÍDIA E AS REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE MANIPULAÇÃO E CONTROLE DA INFORMAÇÃO**

A magnífica obra de George Orwell 1984 previu um futuro, no qual a linguagem seria utilizada como um mecanismo de controle social. A Novilíngua, cujo propósito já conhecemos, é controlada pelo Partido liderado pelo enigmático Grande Irmão. Apesar de na atualidade não vivermos sob o jugo de um regime totalitário global como é o caso dos subordinados ao Socing, é perceptível que estratégias de manipulação da linguagem e controle da informação são usualmente empregadas no cotidiano da sociedade e, portanto, alarmantes. Segundo Fowler *et al.* (1979):

A linguagem serve para confirmar e consolidar as organizações que a moldam, sendo usada para manipular as pessoas, estabelecer e mantê-las em papéis e

*status* economicamente convenientes, para manter o poder de agências estatais, corporações e outras instituições. (Fowler *et al.*, 1979, p. 190)

Complementarmente, Thompson (1998) declara que “o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de interação, e novas maneiras de exercer o poder”. Além disso, o avanço nas formas de comunicação não apenas colocou em evidência os diversos modos com os quais o poder pode se manifestar, mais que isso, elevou-o a um nível nunca antes observado: “hoje a visibilidade mediada é efetivamente global em alcance.” (Thompson, 1998, p. 14)

Desse modo, a manipulação linguística alarga suas fronteiras e se manifesta de diversas outras formas. Thompson (1998, p. 21) pontua que “No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhe são disponíveis”, isto é, tudo aquilo que estiver a seu alcance para que possam atingir seus objetivos e interesses de forma eficaz.

Um desses recursos é o que o autor (1998, p. 24) define como “poder cultural ou simbólico”, o qual “nasce na atividade de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas.” Tais formas, por sua vez, “se servem de toda sorte de recursos” referidos por ele como “meios de comunicação e informação”. Esses meios, aos quais podemos incluir linguagem, arte, mídia, e outras manifestações culturais, carregam significados particulares e podem impactar a forma como as pessoas compreendem e reagem ao mundo ao seu redor. De acordo com Thompson, é por meio dessas manifestações simbólicas que se estabelece um campo de poder capaz de moldar visões de mundo e comportamentos sociais:

Na produção de formas simbólicas, os indivíduos se servem destas e de outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com consequências as mais diversas. As ações simbólicas podem provocar reações, liderar propostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e descreer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva. (Thompson, 1998, p. 24)

Podemos verificar como o poder simbólico atua na sociedade diariamente ao relacionarmos o pensamento de Thompson com os meios de comunicação e mídias sociais na atualidade. Essas plataformas evoluíram para se tornar veículos cada vez mais potentes, quando se trata da transmissão de formas simbólicas. Uma vez que favorecem a rápida e global distribuição de mensagens, potencializam, desse modo o impacto que as ações simbólicas podem ter. Ademais, com o surgimento dos algoritmos que selecionam e personalizam o conteúdo exibido na internet (Ochs, 2024), o poder simbólico pode ser utilizado para reforçar crenças existentes ou espalhar ideologia, tanto para fins positivos quanto para a manipulação.

Em síntese, o que percebemos no cenário contemporâneo, é que frequentemente os meios de comunicação, redes sociais e algoritmos são amplamente usados para difundir e validar determinadas narrativas, manipular fluxos de informação e personalizar a recepção de conteúdos pelos usuários, afetando desse modo a opinião das pessoas e consequentemente suas perspectivas sociais. Essas

tecnologias formam o núcleo de um complexo sistema de influência e poder capaz de filtrar informações de modo a expor os indivíduos a perspectivas que reforçam suas opiniões preestabelecidas. Tal situação pode ser vista como um reflexo da teletela de 1984 em que o controle se dá não apenas por aquilo que é dito, mas também pelo que é omitido, distorcido ou exagerado.

O problema disso para o pensador crítico, segundo Fowler *et al.* (1979, p. 8) é que “uma linguagem descuidada possa inibir o pensamento e nos tornar vítimas indefesas dos manipuladores que atualmente detêm o poder.” Os autores afirmam que ao atingir esse patamar, as ideias de Orwell se entrecruzam com as de vários outros intelectuais dentre os quais, citam Stuart Chase, que faz um alerta para o fato de que:

[...] palavras não são coisas, que grande parte da linguagem à qual estamos expostos não entrega conteúdo, mas apenas abstrações sem valor: a linguagem política e comercial é frequentemente enganosa, fingindo oferecer resultados concretos, mas, na verdade, apenas expressando ruído. (Fowler *et al.*, 1979, p. 8)

Tal concepção, prosseguem os autores, remete ao conceito “patofalar” criado por Orwell para descrever como clichês e falas vazias de conteúdo podem comprometer a capacidade das pessoas de pensar logicamente. Assim, “patofalar” expressa um ato de comunicação em que se minimiza o valor da verdade de uma mensagem, prejudicando desse modo, a capacidade do interlocutor de identificar e compreender o que realmente está sendo dito:

Tem uma palavra em Novílingua – disse Syme – Não sei se você conhece: PATOFALAR, grasnar como um pato. É uma dessas palavras interessantes que tem dois sentidos contraditórios. Aplicada a um oponente, ela é uma ofensa, aplicada a alguém que você concorda é um elogio. (Orwell, 2021, p. 47-48)

No contexto político midiático tal ocorrência é percebida na propagação de *slogans* impactantes e na promoção de agendas em que questões complexas são comumente reduzidas a frases de efeito<sup>6</sup> para que sejam mais facilmente absorvidas pelo público (como o *slogan* do Socing, repetido exaustivamente em pôsteres e pelas teletelas, ou a propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial). Assim como Orwell antecipou, hoje é possível manipular as palavras e a linguagem de tal forma, que podem ficar na obscuridade os verdadeiros motivos por trás das mensagens e informações veiculadas. Tal fato pode ser percebido nas falas e ações do ex-presidente mencionado no segmento anterior, em uma entrevista a um jornal televisivo de grande alcance no país:

Quando Jair Bolsonaro foi entrevistado no Jornal Nacional [...] exibiu um livro pretensamente escandaloso que teria sido distribuído às escolas brasileiras pelo

---

6 “Bandido bom é bandido morto!”, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.” “Deus, pátria e família.” “É melhor ter menos direitos e emprego do que todos os direitos e desemprego.”, são alguns exemplos de frases bastante reproduzidas no cenário político compreendido pelo período de 2018 a 2022.

Ministério da Educação (MEC), como parte do kit gay, para ser apresentado a crianças a partir dos seis anos. Foram várias inverdades: o livro se destina a uma faixa etária superior, nunca fez parte do material fornecido às escolas pelo MEC e, claro, nunca existiu kit gay. (Miguel, 2019, p. 54)

Tamanha engenhosidade discursiva pode fazer com que as pessoas adotem certas crenças ou posturas sem de fato compreender o que significam ou quais são suas implicações. Dessa forma, acabam validando ideias sem questionar ou pensar criticamente sobre elas. Essa atitude conformista vale-se mais da influência de mecanismos persuasivos do que da razão e análise crítica, o que abre caminhos para que grupos dominantes controlem o que é considerado como “verdade” coletiva, algo que podemos deduzir a partir da concepção de Fairclough (2001, p. 91) para quem “o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.” Aliando esse conceito às ideias de Chauí (2000), percebemos que tanto na obra de Orwell quanto na realidade instala-se o princípio da ignorância, já descrito pela autora, que se manifesta quando outros sujeitos – dentre os quais podemos também incluir a mídia, as redes sociais e os meios de comunicação – ditam às pessoas “o que devem saber, o que podem saber, o que podem e devem fazer ou sentir”. Essa relação de dependência em que as pessoas depositam sua confiança nesses “emissores de mensagens” possibilita a criação de um cenário de segurança e credibilidade em que a incerteza é eliminada em favor da perpetuação da ignorância. (Chauí, 2000, p. 113)

Figura 2: Inscrição do portão de Auschwitz onde se lê “O trabalho liberta” em alemão



Fonte: Google imagens

Esse fenômeno é amplificado pela infraestrutura de comunicação moderna – redes sociais, propagandas, programas de notícias sensacionalistas, etc – que muitas vezes tende a privilegiar a concisão em detrimento da exatidão. Essa tendência, promove uma forma de discurso público que pode se mostrar de caráter duvidoso, antiético ou eventualmente prejudicial. De acordo com Chauí (2000):



A propaganda nunca vende um produto dizendo o que ele é e para que serve. Ela vende o produto rodeando-o de magias, belezas, dando-lhe qualidades que são de outras coisas (a criança saudável, o jovem bonito, o adulto inteligente, o idoso feliz, a casa agradável, etc.), produzindo um eterno “faz-de-conta”. (Chauí, 2000, p. 114)

A partir dessas concepções, percebemos que os sistemas de crença são formados tanto pelo conteúdo das mensagens transmitidas quanto pela forma como o são. Conforme pontua Chauí, o discurso publicitário engloba uma série de significados e associações que visam gerar uma necessidade ilusória, em vez de promover um entendimento baseado na razão. Tais elementos não só influenciam hábitos de consumo, como também se refletem nas esferas sociais e políticas, tornando os indivíduos mais suscetíveis a acatar determinadas ideias sem o devido posicionamento crítico.

De forma semelhante, a disseminação de *fake news*<sup>7</sup> exemplifica como informações distorcidas ou imprecisas rapidamente podem ganhar força e impactar o pensamento coletivo. “Que atire a primeira pedra quem nunca passou adiante como verdade aquilo que ouviu alguém dizer, sendo que quem o disse não sabia mais do que ele.” (Lippman, 2008, p. 30). As *fake news* alimentam-se dessa mesma tendência de preferir narrativas simplificadas que se valem de estratégias como a massiva repetição e o forte apelo emocional para influenciar e distorcer a opinião pública, confundindo aqueles que não conseguem distinguir os limites entre a realidade e a invenção, nutrindo-se de polarizações na sociedade, sobretudo no cenário político, como temos observado nos últimos anos.

De acordo com Miguel (2019, p. 47-48) essa polarização “leva à redução da possibilidade de debate entre grupos políticos concorrentes e, por isso, é um componente presente na definição de fake news.” Sequencialmente, o autor destaca que a tática de espalhar notícias falsas não é uma novidade “[...] mas que as *fake news* contemporâneas possuem características próprias.” Miguel aborda ainda que os motivos por trás da disseminação de informações falsas podem estar ligados a interesses políticos ou econômicos e cita como exemplo os “caça-cliques”, que geralmente não se envolvem nas disputas em que participam, mas buscam obter lucro por meio do aumento de visualizações em seus sites. Segundo o autor, tal dinâmica se insere em um ecossistema que pode ser resumido em três componentes interconectados:

- a) o ceticismo quanto às fontes de conhecimento até então reconhecidas, como o jornalismo profissional, a ciência e a escola, próprio da condição que foi batizada como “pós-verdade” (ausência de qualquer critério fidedigno de validação da informação, levando a uma indeterminação perene); (b)
- a atração por teorias conspiratórias que fazem com que estas mesmas

---

7 O fenômeno das *fake news* refere-se à disseminação de informações falsas ou enganosas que são apresentadas como se fossem verdadeiras. Tais informações podem ser criadas e compartilhadas com diferentes finalidades, como influenciar a opinião pública, manipular eventos políticos ou até mesmo gerar lucro por meio de cliques em sites sensacionalistas.



fontes de conhecimento apareçam não apenas como incertas, mas como participantes ativas de complôs para difundir e sedimentar inverdades (da qual o terraplanismo é um exemplo extremo e eloquente); e (c) o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação como ferra-[mentas] incontroláveis para a geração de circuitos de difusão de verdades alternativas, que, graças aos fatores descritos em (a) e (b), tornam-se virtualmente invulneráveis a qualquer escrutínio crítico. (Miguel, 2019, p. 48)

Em mundo hiperconectado pela tecnologia e meios digitais, no qual as linhas que separam a realidade da ficção são tênues, a mídia tradicional muitas vezes rivaliza com fontes não verificadas de informação. É o que afirmam Tandoc Jr. *et al.* (2017). Para eles, “As mídias sociais não apenas mudaram a distribuição de notícias, mas também desafiaram as crenças tradicionais sobre como as notícias deveriam ser apresentadas.” Até mesmo uma postagem no *Twitter*, cujo tamanho é limitado a 140 caracteres, pode ser considerado uma notícia, especialmente se for publicado por alguém com poder ou influência. (Tandoc *et al.*, 2017, p. 3). Já Miguel (2019, p. 48), pondera que “a prevalência das fake news põe em xeque não apenas a democracia, mas também a legitimidade do jornalismo.”

De fato, tais ambientes têm se mostrado favoráveis para o surgimento, multiplicação e fortalecimento de rumores e teorias da conspiração que, ao serem incessantemente compartilhados, acabam tendo sua credibilidade atestada simplesmente devido ao volume maciço de sua presença online.

Como exemplo, podemos citar a circulação de notícias sobre curas milagrosas para doenças implacáveis, como é o caso do câncer. Segundo Pandolfo *et al.* (2020), um caso de grande repercussão no Brasil foi a suposta eficácia da fosfoetanolamina sintética, amplamente difundida como “pílula do câncer”. Desenvolvida na década de 1980 pelo professor de química da USP Dr. Gilberto Orivaldo Chierice e distribuída até 2016 (quando foi suspensa por decisão do STF), essa substância foi citada em diversas notícias, compartilhada massivamente nas redes sociais e até em reportagens televisivas. Em uma destas, o Dr. Chierice aparece em uma foto com a legenda: “a fosfoetanolamina está aí, à disposição, para quem quiser curar câncer.” (Pandolfo *et al.*, 2020, p. 241).

A disseminação dessa esperança ilusória não só gerou a crença em uma falsa promessa de cura – vivenciada por inúmeros pacientes e seus familiares – como também acirrou debates sobre a liberação e o uso de remédios sem a devida comprovação científica, conforme salientam os autores:

Com tal divulgação, tem início um período de intenso debate jurídico e político, onde a ciência aparece quase como que algoz daqueles que têm como objetivo apenas o alívio do sofrimento e a cura de uma doença terrível, falácia que atinge pessoas de todos os níveis educacionais e sociais e que [...] chega às mais altas cortes e gabinetes e evidencia uma grande mazela brasileira e, por que não, humana. (Pandolfo *et al.* 2020, p. 242)

Diante do exposto, verifica-se que as *fake news*, são utilizadas para modelar a percepção pública e contaminar o debate democrático. Estrategicamente projetadas para parecerem autênticas, essas informações distorcidas são como o vocabulário

da Novilíngua em 1984: embora pareçam sutis são capazes de manipular e alterar a realidade de maneira bastante eficaz.

Analogamente ao controle exercido pelo Partido em 1984, que tem na figura onisciente do Grande Irmão o símbolo da vigilância absoluta, as redes sociais possuem seus próprios mecanismos de monitoramento com a finalidade de assegurar a ordem e a segurança da informação, censurando determinados conteúdos julgados não verificados ou falsos. Um caso notório desse tipo de intervenção ocorreu com o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump em 2020. Segundo a CNN Brasil, em um episódio amplamente divulgado, o *Facebook* removeu uma publicação de Trump na qual o político afirmava ser a Covid-19 “menos letal que uma gripe sazonal.” (CNN Brasil, 2020).

Figura 3: Postagem de Trump é considerada *fake news*



Fonte: CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/facebook-remove-publicacao-de-trump-dizendo-que-gripe-e-mais-letal-que-covid-19/>. Acesso em 18/05/2024.

Andy Stone, porta-voz do *Facebook* na época, confirmou que a empresa retirou o *post* por infringir as regras sobre informações falsas a respeito da Covid-19. Em outra rede social, o *Twitter*, a mesma postagem continuou visível, no entanto, acrescida de um rótulo que a declarava uma violação das diretrizes da empresa, que proibia a difusão de informações equivocadas relacionadas ao novo coronavírus (CNNBrasil, 2020).

Paradoxalmente, essas mesmas plataformas podem se tornar espaços propícios para o nascimento e propagação de *fake news*. De acordo com Tandoc Jr. *et al.* (2017) é cada vez maior a quantidade de indivíduos que recorre a plataformas digitais, em especial às redes sociais, como uma fonte alternativa de informações para se manterem atualizados. Segundo os autores:

Os sites de mídias sociais não são apenas marcados por possuírem uma audiência de massa, eles também facilitam o intercâmbio rápido e a disseminação de informações. Infelizmente, também facilitaram a propagação de informações erradas, como notícias falsas. (Tandoc Jr. *et al.*, 2017, p. 3)

Nesta passagem fica evidente o dilema que permeia as sociedades modernas em relação à checagem de fatos e conteúdos disponíveis na internet: ao mesmo

tempo que as redes sociais podem ser espaços valiosos de troca de conhecimento e interação entre pessoas, também amplificam o alcance da desinformação. Tal fenômeno é agravado pela velocidade com a qual as informações circulam, que muitas vezes ultrapassa a capacidade dos órgãos reguladores em manter a integridade e a veracidade do conteúdo ali compartilhado. Adicionalmente, a vigilância nas redes sociais ocorre em um viés duplo: por meio dos algoritmos, simultaneamente à observação de seus comportamentos e preferências, os usuários são constantemente expostos a um bombardeio de informações que nem sempre são confiáveis, conforme aponta Ochs (2024):

No que tange à disseminação de desinformação, [...] vivemos hoje uma tempestade perfeita: a personalização algorítmica empurra as pessoas para realidades fraturadas, em bolhas informacionais ou câmaras de eco, em que elas se tornam cada vez mais refratárias a fatos ou argumentos; a propaganda torna-se mais eficaz com a segmentação detalhada possibilitada pela extração de dados em larga escala; a desinformação e a falta de confiança aumentam com a facilidade de produzir realidades sintéticas. (Ochs, 2024. P. 4)

O que Orwell talvez não tenha previsto foi a participação das pessoas nessa relação de vigilância e disseminação de informações de forma totalmente voluntária. Nas redes sociais, observamos ao mesmo tempo em que somos observados, o que favorece a criação de uma realidade na qual “fatos alternativos” constantemente entram em confronto com a verdade. Segundo uma máxima atribuída a Goebbels, um ministro de Hitler, responsável pela propaganda nazista “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade.” Do mesmo modo, a manipulação da linguagem nos meios de comunicação e redes sociais cria um ambiente favorável para o conflito de narrativas, onde a persuasão e o engajamento tendem a superar a verdade, que é frequentemente sacrificada.

Encerrando essa discussão é importante ressaltar que diante do cenário atual, inundado de informações múltiplas e voláteis, os indivíduos acabam por tornarem-se atores desse jogo de manipulação, ora atuando como consumidores, ora como replicadores (in)voluntários de desinformação. A simples ação de curtir, compartilhar ou comentar numa plataforma online, sem a devida análise crítica ou verificação, contribui para a amplificação de mensagens cuja autenticidade nem sempre pode ser comprovada. Nesse processo de trocas em espaços digitais, a linha que divide o que é verdadeiro do que é produto de uma alteração intencional dos fatos a fim de servir a objetivos específicos pode ser facilmente perdida. Tal fenômeno é alimentado pela nossa natural predisposição a confirmar crenças preexistentes (Chauí, 2000), podendo assim perpetuar ciclos de informações falsas que devido à replicação massiva são recebidas como verdadeiras por diversos agrupamentos que pensam de modo semelhante.

Em 1984, Orwell trouxe à tona um cenário em que a complexidade do pensamento é completamente anulada devido à imposição de um vocabulário limitado, o que leva a população a adotar uma postura conformista e passiva, incapaz de resistir ou reagir a situações que demandam uma atitude crítica e ativa. Embora trate-se de uma história ficcional, o autor traz uma valiosa reflexão sobre

os perigos do controle e da manipulação da informação, que, como pontuamos, podem se concretizar no contexto real.

Desse modo, como membros de uma sociedade com pleno acesso à informação, é um de nossos deveres estarmos atentos às diversas formas de manipulação contemporâneas e buscar manter um pensamento crítico apurado, sempre questionando, analisando e buscando compreender o real significado por trás dos conteúdos e informações que recebemos.

Portanto, é imprescindível desenvolver a habilidade de ler nas entrelinhas a fim de identificar quando a linguagem não está sendo utilizada como meio de comunicar, educar e esclarecer, mas como instrumento de poder, controle e persuasão. Conscientes do poder que a linguagem possui, poderemos trabalhar por uma sociedade que valoriza a verdade e o pensamento crítico, em vez da submissão e obediência cega. O legado de Orwell continua sendo um chamado a uma tomada de atitude: proteger e defender a linguagem como direito fundamental e instrumento para um pensamento autônomo e livre.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma era de “realidades sintéticas” como pontuou Ochs, é possível afirmar que as inquietações colocadas por Orwell no que concerne à distorção da realidade não eram infundadas; pelo contrário, mesmo após várias décadas continuam encontrando paralelo em nosso mundo. Mundo este onde ferramentas digitais, meios de comunicação, plataformas, mídias e redes sociais conseguem não somente modelar o fluxo do que é tido como verdade como também as percepções acerca desta em uma escala global.

Enquanto a teletela de 1984 simbolizava o ápice do controle das liberdades individuais, é comum na atualidade as pessoas – mesmo sem perceber – desempenharem entre si a mesma função daquele aparato, por meio da seleção e compartilhamento de conteúdos que reforçam as visões e ideologias de seus círculos sociais.

Em face disso, faz-se necessário um exercício de discernimento por parte dos indivíduos. É importante compreender as técnicas de persuasão da linguagem por meio de um olhar questionador e crítico, bem como educar o público no que tange aos meios de verificação e checagem de informações. Em vez de se render ao “patofalar” que se observa na contemporaneidade, em que a verdade é muitas vezes uma construção social obtida por meio de imagens, memes, e *hashtags*, que circulam incessantemente pelas mídias e redes sociais, é crucial que a população esteja alerta e procure por fontes confiáveis, questionando sempre a veracidade e o contexto das informações que recebem.

O desafio da atualidade não reside apenas na luta contra ferramentas de informação propositalmente manipuladoras, mais que isso, estende-se ao combate do nosso próprio conformismo diante da abundância e facilidade com que são

propagados conteúdos pela internet e diversos meios de comunicação como as plataformas e redes sociais.

Desse modo, é dever de cada indivíduo, seja no papel de consumidor, seja de difusor de informações, de analisar criteriosamente os detalhes e a veracidade daquilo que é compartilhado. A chave para enfrentar esse desafio pode residir tanto na implementação de normas mais efetivas por parte das plataformas digitais quanto no incentivo à educação midiática, enfatizando a necessidade do senso crítico dos usuários frente às informações que recebem.

Por fim, se quisermos de fato combater a manipulação prevista por Orwell e tão observada nas práticas midiáticas atuais, é essencial que a sociedade promova um despertar coletivo para a liberdade de pensamento, valorizando mais a essência em lugar da aparência, a reflexão em lugar do impulso e a verdade em lugar da conveniência e da ignorância. Para que isso aconteça o reforço ao desenvolvimento de uma cultura que celebra o pensamento crítico é crucial. Somente por meio da criticidade em conjunto a uma educação que privilegia os multiletramentos – incluso o digital – será possível instrumentalizar os indivíduos com as ferramentas necessárias à distinção de fato e ficção, bem como combater as diversas formas de controle, que o “Grande Irmão”, representado por uma legião de agentes que atuam nas mídias e redes sociais, tenta impor à sociedade atual.

Em síntese, é essencial fortalecer a habilidade de avaliação crítica e promover a valorização da verdade. Somente assim será possível gerar uma sociedade bem informada e equipada contra a propagação de inverdades, mantendo dessa forma um espaço de diálogo e informação que inspire ao mesmo tempo confiança e liberdade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Érica Fernanda; FERREIRA, Geniani Diamante. **1984, de George Orwell, a manipulação da linguagem e o materialismo Lacaniano**. Travessias, Cascavel, v. 12, n. 2, p. e20068, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/20068>. Acesso em: 11/05/2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COLASANTI, Marina. **Eu sei, mas não devia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

**Facebook remove publicação de Trump que diz que gripe é mais letal que Covid-19**. CNN Brasil: 06 de out. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/facebook-remove-publicacao-de-trump-dizendo-que-gripe-e-mais-letal-que-covid-19/>. Acesso em 18/05/2024.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FOWLER, Roger *et al.* **Language and control**. New York: Routledge and Kegan Paul, 1979.

LIPPMAN, Walter. **Opinião pública**. Trad. Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. **Jornalismo, polarização política e a querela das fake news**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. 16 Nº 2, Julho a Dezembro de 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p46>. Acesso em 17/05/2024.

OCHS, Mariana. **Educação midiática e inteligência artificial**. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2024.

ORWELL, George. **1984**. Trad. Luisa Geisler. São Paulo: Amoleir, 2021.

PANDOLFO, Ana Cristina *et al.* **O escândalo da pílula do câncer**: “o caso que envergonhou a ciência brasileira”. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 238-249, jul-dez 2020. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/35>. Acesso em 17/05/2024.

**Presos por 11 de Setembro confrontam idealizador de interrogatório**. Folha de São Paulo: 21 de jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/01/presos-por-11-de-setembro-confrontam-idealizador-de-interrogatorio-da-cia.shtml>. Acesso em 04/05/2024.

TANDOC JR., Edson C. *et al.* **Defining “Fake News”: A Typology of Scholarly Definitions**. London, Digital Journalism, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>. Acesso em 18/05/2024.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.